



**IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:  
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS  
V SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS  
IV CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

EIXO: Fundamentos do Serviço Social

**A Dimensão Formativa do Assistente Social no Estado do Tocantins: uma reflexão a partir das Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS)<sup>1</sup>**

Maryvalda Melo Santos Costa<sup>2</sup>

**RESUMO**

A problematização da dissertação de mestrado envolve o processo de formação profissional dos assistentes sociais nos PPC's dos cursos de Serviço Social das IES's públicas e privadas do estado do Tocantins. A metodologia do estudo compreende a pesquisa documental, utilizando os cinco PPC's das IES públicas e privadas do estado. Como resultado do estudo, destacam-se algumas convergências: incorporação dos núcleos de fundamentação da formação profissional; fomento à pesquisa acadêmica e a extensão universitária; em relação às divergências marcantes identificou-se: fragmentação no processo de ensino-aprendizado e na formação profissional; ausência de afirmação da teoria social crítica nos respectivos PPC's, dentre outras.

**Palavras-chave:** Projeto Ético Político; Diretrizes Curriculares da ABEPSS; Formação Profissional; Serviço Social; Estado do Tocantins.

**Abstract**

The problematization of work involves the process of professional training of social workers placed in PPC's of Social Service courses of public and private HEIs in the State of Tocantins. The study methodology comprises documentary research, using the five PPC's of public and private HEIs in the State. As a result of the study, some convergences stand out: incorporation of foundations for professional training; promotion of academic research and university extension; in relation to the striking differences, it was identified: fragmentation in the teaching-learning process and in professional training; absence of affirmation of critical social theory in the respective PPC's, among others.

---

<sup>1</sup>Este estudo faz parte da dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins (UFT), defendida em março de 2021, tendo como orientadora a Prof<sup>a</sup> Dra Célia Maria Grandini Albiero.

<sup>2</sup>Assistente Social, Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Tocantins (UFT) [mary.melo@uft.edu.br](mailto:mary.melo@uft.edu.br)



**Keyword:** Ethical Political Project; ABEPSS Curriculum Guidelines; Professional qualification; Social service; State of Tocantins

## 1. INTRODUÇÃO

Tendo em vista o contexto sócio político que o país vivencia, em tempos de retrocesso e conquistas sociais, avanços do conservadorismo e um descrédito sobre dias melhores para a população menos favorecida, o referido estudo se articula com a proposta da ABEPSS e vai de encontro com a Lei de Regulamentação da Profissão e o Código de Ética de 1993 defendidos pelo conjunto CFESS/CFESS, sendo explicitado no projeto de profissão com uma hegemonia que se coaduna com a teoria social marxista, o qual busca articular de que forma as Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 refletem na formação profissional dos egressos e profissionais que atuam nas políticas públicas e sociais.

A ABEPSS defende a formação crítica através da essência do Projeto Ético Político e da negação do conservadorismo e do cerceamento da liberdade dos indivíduos. Buscou-se respostas para nossa inquietação sobre a dimensão formativa do Assistente Social, tendo como ponto de partida a investigação nos PPC's dos cursos de Serviço Social das cinco (5) IES do estado e sua vinculação com as Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996.

Por já terem sido elaborados e divulgados estudos sobre a discussão e implementação das Diretrizes vigentes, a pesquisa se utiliza de tais dados, que muito contribuirão para o desenvolvimento e fortalecimento da profissão, evidenciando a universidade como um espaço plural, diverso e de múltiplos saberes, é salutar que os resultados da pesquisa sejam amplamente divulgados no meio acadêmico entre o colegiado dos cursos visando ampliar o conhecimento e a discussão entre os graduandos, egressos, docentes. Cabe, portanto, ao Serviço Social, blindar-se contra os ataques antidemocráticos e nefastos do capital através da sua história de lutas e de resistência.

Durante a investigação não se utilizou juízo de valor nas análises dos PPC's, pelo contrário, buscou-se indicar aspectos relevantes das Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 para contribuir com o fortalecimento do Projeto Ético Político e conseqüentemente da profissão no Brasil.

Problematizando o estudo que envolve a temática e sua delimitação supracitadas no início desta introdução, têm como tarefa primordial *“investigar o processo de formação profissional dos assistentes sociais postos nos PPC's dos cursos de Serviço Social das IES's públicas e privadas do estado do Tocantins”*. Partiu-se do princípio que as cinco IES



do estado do Tocantins passaram por algumas modificações em seus currículos como as exigências legais do MEC (2001), e da ABEPSS (1996), diante da conjuntura política que o país atravessa, pois ao mesmo tempo em que seguem o curso das constantes transformações societárias, o que indicou a necessidade de se investigar como ocorreu esse processo e identificar as alterações.

Em relação às inquietações que motivaram ao estudo do tema, debruçou-se em identificar questões norteadoras capazes de alcançar respostas satisfatórias que contribuirão para a investigação, dentre as quais tem-se: *De que forma pode-se perceber a materialização do projeto de formação profissional nos PPC's das cinco IES do estado do Tocantins? Nos PPC's analisados das cinco IES, pode-se perceber uma postura crítica da categoria frente a expansão mercadológica da educação superior? É possível perceber nos PPC's das IES's do estado do Tocantins, a indissociabilidade entre o projeto ético político do Serviço Social e as Diretrizes Curriculares da ABEPSS?*

A metodologia do estudo compreende a pesquisa documental e bibliográfica utilizando os cinco PPC's das IES públicas e privadas do estado do Tocantins. O estudo precede análise dos PPC's à luz das Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, revisão bibliográfica e análise de conteúdo. O enfoque sobre as Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 em relação às matrizes curriculares dos cursos de Serviço Social no estado do Tocantins conforme os respectivos PPC's, demonstrou a necessidade da pesquisa documental, com vistas a contribuir para a discussão outrora retomada sobre a reformulação necessária de cada PPC.

A história da profissão tem sido retratada ao longo dos anos, por assistentes sociais que vivenciaram a trajetória histórica de lutas e conquistas da categoria. A comemoração dos 80 anos da profissão no Brasil foi lembrada através de diversas manifestações promovidas pelo conjunto CFESS/CRESS através da produção científica, debates, encontros, seminários, exposição de trabalhos sobre a caminhada da profissão até os dias atuais.

Duriguetto e Marro (2018), reafirmam o processo de mobilização da profissão e sua relação direta com os movimentos sociais em prol da efetivação e da conquista de direitos sociais.

A aproximação do Serviço Social com as lutas, organizações e movimentos sociais que portam a defesa dos direitos, interesses e projetos societários das classes subalternas data do início da década de 1960 com o Movimento de Reconceituação latino-americano. A condição para esta primeira aproximação foi a formação e a atuação política de movimentos e organizações dos trabalhadores que se desenvolveram em meio à conjuntura internacional de uma contrarrevolução preventiva do capital que teve agudos rebatimentos no continente. É nessa conjuntura de efervescência social que segmentos da vanguarda da categoria passam a repensar a função da profissão em face das contradições sociais e sintonizam-se com o universo das lutas e das demandas dos trabalhadores, atuando na direção de minar as bases tradicionais da profissão na sua dimensão teórico-metodológica, organizativa e interventiva. (DURIGUETTO; MARRA, 2018, p. 94-95)



O debate sobre a formação profissional do Assistente Social nos 80 anos de institucionalização da profissão no Brasil tem sido o mote das abordagens do conjunto CFESS/CRESS e da ABEPSS ao longo dos anos, as constantes discussões das referidas entidades buscam propiciar a ênfase na indissociabilidade entre a formação profissional e o projeto de profissão, a esse respeito tecemos algumas contribuições.

## **2. REVISITANDO E REFLETINDO SOBRE AS DIRETRIZES CURRICULARES DA ABEPSS**

O estudo envolve a análise das 05 (cinco) IES do estado do Tocantins trazendo à tona cursos públicos presenciais (estadual e Federal) e privados (presencial - modular, semipresencial e à distância), descritas no Quadro 1. A proposta inicial é aprofundar os conhecimentos teóricos sobre as Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 com recorte para os PPC's do curso de Serviço Social, partindo do princípio da hegemonia profissional, que é pautada pelo materialismo histórico dialético.

Este item de fundamental importância traz algumas reflexões pertinentes ao objeto de pesquisa em tela, ou seja, o processo de formação profissional dos assistentes sociais no estado do Tocantins através dos PPC's das IES. Com o objetivo de responder aos questionamentos feitos na introdução do trabalho a respeito das convergências e/ou divergências nos PPC's dos cursos de Serviço Social da cinco IES do estado do Tocantins, apresenta-se a seguir dois quadros comparativos para posterior reflexão. A metodologia utilizada foi bem dinâmica, buscando atender aos tópicos mais instigantes que dizem respeito diretamente à formação profissional do Assistente Social.

Deixa-se ciente que, em virtude da alteração de alguns PPC's procurou-se readequar os dados em consonância com as reflexões iniciadas anteriormente com vistas a evitar equívocos, o que é passível de compreender pois estamos lidando com a dinamicidade dos fatos e, destes com nosso objeto de pesquisa. Ressalta-se que os dados expostos nos dois quadros são apreensões das análises contidas em cada documento das respectivas IES.



Quadro 1- Demonstrativo das principais características do curso de Serviço Social das IES

IES	criação	TIPO	MODALIDADE	CH HORÁRIA	CH ESTÁGIO	SEMESTRES	ATIV. COMPL.
ITOP	2013	Privada	Presencial	2.448h	450h	8	120h
UNOPAR	2017	Privada	EaD/ Semi-presencial	3.020h	450h	8	150h
UFT	2007.2	Pública	Presencial	3.255h	540h	9	135h
UNIP	2018	Privada	Presencial	3.600h (3.000h)	450h	8	150h
			EaD e Flex	3.040h			
UNITINS	2016	Pública	Presencial	2.400h	450h	8	150h

Fonte: COSTA (2021)

A intenção ao expor os dados das cinco IES não foi para tecer algum juízo de valor a respeito da dinâmica de funcionamento das atividades acadêmicas de cada instituição, mas sim para tornar cada IES que oferta o curso de Serviço Social no estado do Tocantins em evidência, buscando conhecer a proposta pedagógica e as convergências e divergências encontradas durante a pesquisa documental. A partir dos resultados obtidos, a investigação seguiu seu curso natural ao esmiuçar cada detalhe que divergia ou convergia com as DC da ABEPSS de 1996, com o documento elaborado pela Comissão de Especialista do Serviço Social (1999) e com o conjunto CFESS/CRESS. O Serviço Social defende uma formação pautada pela teoria social crítica capaz de compreender o movimento da realidade, tendo em vista as constantes transformações societárias que estamos sujeitos.

A seguir, apresenta-se o quadro 2 no qual descreve-se alguns requisitos que julga-se essenciais para uma posterior reflexão.

Quadro 2- Eixos e indicadores das IES de acordo com as DC de 1996.

Eixos de Análise	Indicadores	IES
1. NUCLEOS DE	1. Adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social.	UFT <sup>3</sup> ITOP, UNITINS

<sup>3</sup> Reitera-se que o curso de Serviço Social da UFT encontra-se em processo de aprovação o seu novo PPC de 2019-2020 (2021).



FUNDAMENTAÇÃO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL	2. Presença de interdisciplinaridade no projeto de formação profissional.	UFT, ITOP, UNITINS, UNOPAR, UNIP
	3. Compreensão da ética como princípio que permeia toda a formação profissional.	UFT, ITOP, UNITINS
	4. Atende aos Núcleos de Fundamentação da Formação Profissional	UFT, UNITINS, ITOP
	5. O significado do Serviço Social no seu caráter contraditório, expresso no confronto de classes vigentes na sociedade e presentes nas instituições, o que remete também à compreensão das dinâmicas organizacionais e institucionais nas esferas estatais e privadas.	UFT, ITOP, UNITINS
	6. Os diferentes projetos políticos existentes na sociedade brasileira: seus fundamentos, princípios, análise de sociedade, estratégias e programáticas.	UFT, ITOP, UNITINS
	7. A competência teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política são requisitos fundamentais que permite ao profissional colocar-se diante das situações com as quais se defronta, vislumbrando com clareza os projetos societários, seus vínculos de classe, e seu próprio processo de trabalho.	UFT, ITOP, UNITINS
	8. Os fundamentos históricos, teóricos e metodológicos são necessários para apreender a formação cultural do trabalho profissional e, em particular, as formas de pensar dos assistentes sociais.	UFT, ITOP, UNITINS
	2. NOVA LÓGICA CURRICULAR DC 1996	1. Adequação às DC da ABEPSS 1996.
2. DC de 2002 do MEC.		ITOP, UNITINS

Fonte: COSTA (2021)

### 2.1 Considerações sobre o perfil das respectivas IES

Conforme aponta o Quadro 2, as IES coadunam em relação aos requisitos da “Formação Profissional” demonstrando o compromisso com a qualidade de um ensino pautado pelo Projeto Ético Político da categoria. Em relação à categoria Núcleos de Fundamentação da Formação Profissional, o PPC das respectivas IES: UFT e UNITINS



encontram-se articuladas com as exigências das DC da ABEPSS de 1996. A faculdade ITOP apresenta em seu PPC as exigências das DC de 2002, conforme destaque no quadro 2; “Adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social; presença de interdisciplinaridade no projeto de formação profissional; compreensão da ética como princípio que perpassa toda a formação profissional; necessária indissociabilidade entre a supervisão acadêmica e profissional na atividade de estágio”. Tais requisitos são essenciais para a formação crítica pautada pela teoria social, hegemonicamente reconhecida pelo conjunto CFESS/CRESS desde o rompimento do Serviço Social com o conservadorismo.

Conforme visto, observa-se, que apenas as 3 IES: *UFT*, *ITOP* e *UNITINS* buscaram uma coesão e articulação com os pressupostos indicados pela ABEPSS (1996) em relação aos Núcleos de Fundamentação da Formação Profissional, sejam eles: Núcleo de Fundamentos Teórico-Methodológicos da Vida Social; Núcleos de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira e o Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional.

Nos discursos deve-se observar se há consistência teórica e profícua análise de conjuntura dos fatos narrados, o pluralismo deve ser evidenciado nas disciplinas, na pesquisa e na extensão. A articulação e a indissociabilidade entre o projeto político e a formação profissional do Assistente Social, é que as DC da ABEPSS de 1996 se consolidam ancoradas pelo compromisso com uma formação crítica e pautada pelo materialismo histórico dialético. Para (FORTUNA e GUEDES, 2020, p. 25):

A formação profissional, assim como a produção do conhecimento no serviço social, deve ir para além da perspectiva teoricista vazia de base concreta e também da mecânica utilização de técnicas, da dimensão estritamente operacional e compreender de fato quem são os sujeitos sociais para os quais a ação profissional volta-se e quais são as condições que se objetivam em seu cotidiano dadas as condições históricas vivenciadas. É nessa direção que os conteúdos necessários à formação profissional do assistente social, conforme as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL, 1996), nos remetem ao conjunto de conhecimentos organizados em três núcleos de fundamentação, intrinsecamente, vinculados: teórico-metodológicos da vida social; particularidade da formação sócio histórica da sociedade brasileira e fundamentos do trabalho profissional [...].

Conforme reafirmam, os Núcleos de Fundamentação da Formação Profissional da ABEPSS de 1996 devem ser parâmetros para a produção de conhecimento da profissão, representando um marco histórico para o Serviço Social. Percebe-se pelos documentos analisados nas IES: *UNIP* e *UNOPAR*, que essa articulação com as DC está enviesada e, descolada da totalidade, representando um risco iminente de retorno ao pragmatismo.

Para Fortuna e Guedes (2020), só é possível captar as determinações sócio históricas, a partir da categoria mediação. Tal capacidade pode conduzir as demandas



postas no cotidiano profissional do Assistente Social a partir de ações objetivas, concretas e não apenas na subjetividade do sujeito. São ações mediadas pela intervenção profissional, dotadas de conhecimento forjado pela concentricidade do materialismo histórico dialético, que conduzirão a postura profissional para além de sua intencionalidade.

Dando prosseguimento, temos o eixo da Nova Lógica Curricular das DC de 1996, as Competências e Habilidades que dizem respeito à postura do profissional frente às demandas institucionais, que precisam ser mais enfatizadas nos PPC's analisados das duas IES já citadas (UNIP e UNOPAR) conforme as DC de 1996, evidenciando a direção social e política da categoria são as IES: ITOP, UNOPAR e UNITINS que possuem convergências em relação à carga horária do “Estágio Curricular Obrigatório e da Supervisão Acadêmica”.

Após a exposição sobre os pontos considerados convergentes das IES, apresenta-se a seguir, as divergências identificadas durante a análise dos documentos:

- Ausência da Política de Estágio como exigência do processo de formação profissional pautado pela teoria social crítica;
- Ausência de articulação com o Projeto Ético Político da categoria tendo em vista a ênfase no ensino à distância. Não há a troca de saberes entre aluno (a) e professor (a), o enfoque da orientação acadêmica é individual;

Em ambas as IES: UNOPAR e UNIP, o Estágio não é “supervisionado” pois não há registro ou menção de que ocorra a exigência da supervisão sistemática do estágio em Serviço Social conforme a Política Nacional de Estágio da ABEPSS de 2010. No Guia de Percurso da UNOPAR é descrito apenas que a instituição possui o “Termo de Compromisso” a ser utilizado no estágio curricular, mas não cita as demais documentações necessárias para o processo de inserção do (a) aluno (a).

É no exercício do Estágio Supervisionado, na relação entre o (a) estagiário (a), a instituição e os usuários que é possível objetivar a essência de uma formação política e crítica que se preocupa com o avanço do neoliberalismo, que luta arduamente contra o desmonte dos direitos sociais construídos e conquistados historicamente, contra uma formação mercadológica e aligeirada sem o devido cuidado de refletir a dialética que envolve os sujeitos.

É através da produção de conhecimento, que a profissão deve demonstrar seu posicionamento em favor do projeto profissional, ampliando o campo de visão antes academicista e pragmático, pela capacidade teleológica ancorada pela vertente marxista. Dessa forma, a práxis profissional exercida no campo de estágio pelo (a) supervisor (a) deve demonstrar seu compromisso ético e político com o projeto de profissão defendido pela ABEPSS. O Estágio Supervisionado pressupõe mais que uma troca entre aluno (a) e professor (a), entre estagiário (a) e supervisor (a), é o exercício da ética profissional, do



respeito e compromisso de ambos com as demandas dos sujeitos. Portanto, esse processo do estágio e da supervisão não pode ser aligeirado e acrítico, descolado da conjuntura política.

Conforme o documento intitulado: “Padrões de Qualidade para Autorização e Reconhecimento de Cursos de Graduação em Serviço Social,<sup>4</sup>” conclui-se que das cinco IES pesquisadas, pelo menos duas UNIP e UNOPAR não apresentam nos documentos pesquisados e publicizados os seguintes requisitos elaborados pela Comissão de Especialistas do Serviço Social (1997):

As Instituições de Ensino Superior devem apresentar os seguintes dados: • justificativos e objetivos do curso • perfil profissional • ementário e respectiva bibliografia; • grade curricular: disciplinas por semestre/ano; carga horária das disciplinas e relação dos professores responsáveis pelas disciplinas; • política e condições de estágio supervisionado; • critérios e formas de avaliação do ensino/aprendizagem; • normas de elaboração, orientação e avaliação do T.C.C. - Trabalho de Conclusão de Curso; • atividades pedagógicas complementares: monitoria, iniciação científica, extensão e outras; • políticas de pesquisa e extensão: vínculos com o ensino. Dimensão interdisciplinar dos projetos, âmbito de abrangência e relação com as demandas da sociedade. (ABEPSS, 1997, p.6-7).

Tal constatação preocupa, ao mesmo tempo em que reforça as pesquisas expostas no estudo de Pereira (2010) sobre a precarização e a expansão do ensino superior na modalidade EaD. A lógica mercantilizada e aligeirada do ensino à distância se contradiz quanto aos princípios do Projeto Ético Político do Serviço Social que assegura o compromisso com uma educação de qualidade, crítica, capaz de fomentar o ensino, a pesquisa e a extensão como tripés da universidade, uma realidade que se materializa no ensino presencial.

### **3. CONCLUSÃO**

Diante do que fora exposto e na análise dos respectivos PPC's, afirmar que as referidas IES materializam ou não o Projeto Ético Político do Serviço Social apenas por citá-lo em seus documentos legais, seria uma afirmação sem embasamento suficiente. É na subjetividade e na intencionalidade profissional que tal afirmação poderia ser dita. No entanto, podemos afirmar que as IES mencionadas nas referidas análises, que não apresentaram aportes legais, que não disponibilizaram nenhum documento público e tampouco os citaram em seu PPC, é que estão mais próximas de negarem a materialização da essência do Projeto Ético Político e de não coadunarem com as Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996.

---

<sup>4</sup> Documento elaborado por: Maria Marieta dos Santos Koike (UFPE - ABESS) Maria Rachel Tolosa Jorge (UNESP) Mariangela Belfiore Wanderley (PUCSP) Marilda Villela Iamamoto (UFRJ) Marina Maciel Abreu (UFMA).



Para tanto, entende-se e acredita-se que este estudo permeou através dos PPC's das IES um percurso da trajetória do processo de formação profissional dos assistentes sociais no estado do Tocantins, trazendo à tona alguns aspectos convergentes e divergentes. Assim, reitera-se a importância dos (as) Assistentes Sociais, manterem-se em coesão diante das investidas do capital, buscando o amadurecimento intelectual e crítico através das discussões da categoria, de densas leituras, do apoio incondicional do conjunto CFESSS/CRESS, dentre outros.

Por ser o lócus de atuação da pesquisa, buscou-se algumas considerações do ensino à distância no estado do Tocantins, que subsidiaram a investigação.

Como já fora ressaltado, não é novidade a presença do setor privado no ensino superior brasileiro, contudo a modalidade de Ensino à Distância (EaD) se constitui como um traço inovador da expansão do setor privado na educação. Essa modalidade proporciona uma rápida expansão de matrículas e se tornou altamente lucrativa para o setor privado, sendo o Serviço Social, um dos cursos de formação superior mais ofertado por essa modalidade. Propicia através do avanço tecnológico em telecomunicações o crescimento dos investimentos privados transnacionais, sendo uma fatia promissora para o mercado. Nesse contexto é que foi criado o primeiro curso de Serviço Social na modalidade EaD no Brasil em 2006, que teve como pioneiro o território tocantinense. Ofertada por uma universidade estadual (Universidade do Tocantins - Unitins) em parceria com a Edcon. (BURGINSKI, SANTOS, RODRIGUES, 2020, p. 400).

Conforme apontado pelas autoras, a expansão dos cursos em EaD no Brasil é fortalecida no estado do Tocantins com o crescimento do setor privado e a expansão capitalista.

[...] A região que abrange o estado do Tocantins encontra-se no território de transição geográfica entre o Cerrado e a Floresta Amazônica, sendo um dos territórios em que a fronteira agrícola se expande exponencialmente, através do modelo hegemônico de desenvolvimento da agricultura, o agronegócio [...] (BURGINSKI, SANTOS, RODRIGUES, 2020, p. 398).

Não se pode concluir esse trabalho, sem destacar esse dado tão importante sobre a expansão capitalista no Tocantins, tendo em vista ser geograficamente a referência para a investigação. A esse respeito, têm-se as pertinentes reflexões das autoras,

A oferta de cursos superiores EaD no Tocantins com pagamento de mensalidades, com destaque para o Serviço Social teve forte apelo popular, bem como, foi o curso com maior número de matrículas e vagas disponibilizadas. Um território com a magnitude do Tocantins precisa do Serviço Social, portanto, a estratégia foi "produzir" assistentes sociais em massa, com formação limitada e não sintonizada com as Diretrizes Curriculares. Dadas as condições sócio-históricas de abandono desse território, a ideia de levar o ensino superior e o desenvolvimento socioeconômico a milhares de pessoas nas longínquas regiões veio fortemente articulada ao sonho da democratização do ensino superior através de um novo mercado, atendendo os interesses dos lucros privados, através da educação mercantilizada que não garante a qualidade na formação profissional. (BURGINSKI SANTOS, RODRIGUES, 2020, p.403-404)

O curso de Serviço Social chegou ao Tocantins através da Universidade Luterana do Brasil (ULBRA) que se instalou na capital em 1990. No entanto o curso de Serviço Social na



modalidade presencial só foi autorizado a funcionar em 2000. O processo de reconhecimento pelo MEC só ocorreu em 2008 (BUSRGISNKI, SANTOS, RODRIGUES, 2020). A referida instituição não foi objeto da investigação pelo fato da mesma não ofertar mais o curso de Serviço Social, no entanto por ter sido a primeira instituição a ofertar o curso de Serviço Social no Tocantins, será feito um breve resumo de sua institucionalização.

Em relação a afirmar, se as instituições de ensino superior possuem ou não uma postura crítica, não é possível assegurar, por se tratar de uma pesquisa documental torna-se bastante subjetivo adentrar em um espaço no qual não houve oportunidade de experimentar as vivências da vida acadêmica, os diálogos, dentre outros aspectos relevantes para emitir qualquer posicionamento. A respeito da postura profissional, tem-se a declaração,

O PEP, assim denominado nos anos 1990, é a expressão madura de consolidação da direção social da profissão dos anos 1980, que se estabeleceu no processo de ebulição da luta de classes no país em que os profissionais estiveram organicamente vinculados à classe trabalhadora. Portanto, as condições políticas de constituição do PEP do Serviço Social brasileiro devem ser avaliadas considerando as seguintes determinantes: a luta contra a ditadura, a colagem aos movimentos sociais dos anos 1980, a mudança do público profissional composto pelas camadas médias e empobrecidas, e como as vanguardas profissionais e acadêmicas da categoria são vanguardas de militância política e sociais. ( ABRAMIDES, 2016, p.471).

As competências profissionais elencadas nas DC para os cursos de Serviço Social (1996), dizem respeito a um perfil profissional capaz de compreender o movimento da realidade social através da criticidade. Diante das análises realizadas através das categorias identificadas no quadro 2, tem-se algumas considerações. Em relação ao “Núcleo de Fundamentação da Formação Profissional”, os indicadores apontam que apenas as IES: ITOP, UFT e UNITINS, conseguiram atender tais requisitos.

Observando o eixo sobre a “Nova Lógica Curricular das DC de 1996”, as IES UFT e UNITINS buscaram atender aos requisitos dispostos pela ABEPSS. A faculdade ITOP não fez referência à DC da ABEPSS de 1996, mas as DC de 2002, razão pela qual tecemos tal consideração, pois as DC de 2002 possuem divergências em relação à proposta do conjunto CFESS/CRESS e ABEPSS de 1996. No entanto, em relação ao cumprimento das Atividades Complementares, todas as 5 IES mantém coesão em relação ao disposto pelas DC da ABEPSS de 1996. Sobre o eixo do “Estágio Curricular e da Supervisão Acadêmica” as IES: UFT, UNITINS e ITOP possuem Regulamento e Política de Estágio, realizam a supervisão sistemática de estágio tanto no campo quanto em sala de aula. As respectivas IES: UNIP e UNOPAR, não descrevem em seus PPC's, a documentação necessária para a inserção do (a) discente no campo de estágio, dificultando assim um debruçar mais sintonizado com as exigências da PNE/2010.



As IES UNIP e UNOPAR não foram referenciadas nos eixos de análise por não atenderem aos requisitos preconizados nas DC da ABEPSS de 1996. A omissão dos dados identificados nos documentos analisados pressupõe um perigo real na aproximação com os ditames mercadológicos da expansão capitalista, implica também na fragmentação do ensino, na fragilidade dos conteúdos expostos na oferta de disciplina, enfim, reflete diretamente na formação acadêmica e profissional. Se não há uma direção a seguir, qualquer uma serve. Esse parece ser o discurso do senso comum que prevalece em se tratando da qualidade do ensino, não importando a direção social e política a qual o curso é vinculado.

Especificamente no Serviço Social essas modificações tendem a limitar o exercício profissional ao caráter meramente técnico, pois como elucida Iamamoto (2014):[...]“O discurso que fundamenta a formação por competência pode encontrar na cultura profissional do Serviço Social uma ambientação favorável à sua difusão em decorrência de seus vínculos com a empiria e certa mitificação da ‘prática profissional[...]” (QUEIROZ,2020, p.55-56 Apud IAMAMOTO, 2014, p.627).

A práxis profissional deve desnudar-se de fetiches, de condutas de ajustamento e juízo de valor, permitindo que o profissional tenha liberdade e autonomia para intervir diante das mazelas que lhe são apresentadas. Não se afirma aqui, que o (a) Assistente Social deixe de atender às demandas institucionais que lhe são impostas, mas que deve refletir criticamente sobre tais situações buscando sempre pautar-se no diálogo e no respeito, tendo o cuidado de garantir que os sujeitos tenham seus direitos preservados e efetivados.

A respeito reporta-se a fala de Albiero e Costa (2020, p.70)

Cabe, portanto aqueles/aquelas que mantêm um distanciamento da coletividade profissional romper com o senso comum, de uma realidade aparente, fruto da alienação provocada pelo capitalismo que coisifica as pessoas e, desta forma mantém sua herança. É tempo de resistir para não sucumbir a uma série de ataques covardes, injustos e nefastos do atual governo. Assistentes Sociais devem sempre estar prontos para a luta, para o embate. Se chegamos até aqui como uma profissão forjada pelo protagonismo profissional, temos o compromisso ético de manter o curso da história, de ter a certeza que não lutamos por utopia.

Entre 1994 e 1996 ocorreram diversos momentos coletivos envolvendo a comunidade acadêmica e toda a categoria profissional em um amplo e democrático debate sobre as Diretrizes Curriculares. Segundo o documento da ABESS/CEDEPSS de 1996 foram: 200 oficinas locais, em 67 unidades de formação acadêmicas filiadas à ABESS, 25 oficinas regionais e 02 nacionais. A intencionalidade profissional defendida por Guerra e demais estudiosos ligados ao Serviço Social, deve estar permeando as ações profissionais através das dimensões já citadas: [...] técnico-instrumental, teórico-intelectual, ético-política e formativa (Guerra, 1997, p.12) [...]



Por fim, acredita-se que seja possível visualizar a indissociabilidade entre o Projeto Ético Político e as Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 nos respectivos PPC's de 3 IES, sendo duas públicas e uma privada. As demais ficaram aquém do esperado em relação às categorias analíticas: Núcleo de Fundamentação da Formação Profissional, Estágio Supervisionado e Supervisão Acadêmica e Nova Lógica Curricular de 1996 as quais identificou-se durante a pesquisa documental nos respectivos PPC's. A respeito temos a fala de Albiero e Costa (2020, p.70)

Cabe, portanto aqueles/aquelas que mantêm um distanciamento da coletividade profissional romper com o senso comum, de uma realidade aparente, fruto da alienação provocada pelo capitalismo que coisifica as pessoas e, desta forma mantém sua herança. É tempo de resistir para não sucumbir a uma série de ataques covardes, injustos e nefastos do atual governo. Assistentes Sociais devem sempre estar prontos para a luta, para o embate. Se chegamos até aqui como uma profissão forjada pelo protagonismo profissional, temos o compromisso ético de manter o curso da história, de ter a certeza que não lutamos por utopia.

A pesquisa proporcionou oportunidade ímpar de percorrer cada PPC e sua matriz curricular, conhecer a dinâmica de ensino das instituições dialogando de parágrafo por parágrafo com as DC da ABEPSS de 1996, com as recomendações da Comissão de Especialistas do Serviço Social de 1999.

Diante do exposto, conclui-se que as principais convergências são: incorporação dos núcleos de fundamentação da formação profissional; fomento à pesquisa acadêmica e a extensão universitária; supervisão sistemática em relação ao estágio e a supervisão; enfoque na qualificação docente (ITOP, UFT e UNITINS); cumprimento da carga horária do estágio curricular; coesão em relação ao cumprimento da carga horária de Atividades Complementares: ITOP, UFT, UNIP, UNITINS e UNOPAR.

Em relação às divergências marcantes identificou-se fragmentação no processo de ensino-aprendizado e na formação profissional; ausência de afirmação da teoria social crítica nos respectivos PPC's; sem descrição das linhas e dos grupos de pesquisa e dos projetos de extensão universitária publicizados na página dos cursos e no PPC's (UNIP, UNOPAR); menção às DC do MEC/2002 nos documentos analisados: (ITOP, UNITINS).

Desta forma, deixa-se como sugestão deste estudo, que seja realizada uma pesquisa empírica nas IES com vistas a investigar como tem se dado o processo formativo do (a) assistente social, tendo em vista que a referida pesquisa foi documental e não possibilitou tais apreensões. Que seja dada uma devolutiva do estudo junto as IES pesquisadas, demonstrando compromisso com a comunidade acadêmica. Acredita-se, que os dados coletados servirão de base para uma reflexão crítica sobre o processo de formação do assistente social. Compartilhar as informações com a Comissão de Formação Profissional do CRESS-TO para que os dados apresentados possam servir para futuras discussões coletivas da categoria.



## REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. 80 anos de Serviço Social no Brasil: organização política e direção social da profissão no processo de ruptura com o conservadorismo. In: **Revista Serviço Social & Sociedade nº 127**, especial. São Paulo: Cortez, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/sdGtjJNHNJQrfKn5zZKf4Sd/abstract/?lang=pt>. Acesso em 01/04/2020.

ALBIERO. Celia Maria Grandini; COSTA. Marivalda Melo Santos. A formação profissional em tempos de revitalização do conservadorismo. Desafios e Perspectivas. In: **Questão Social, Estado e Serviço Social**, AMIUCCI, Eliane Marques de Menezes, (Orgs.), 1ª Ed., 134 p. 2020. EDUFT, 2020.

BRASIL. Conselho Federal de Serviço Social (1999). Ministério da Educação e do Desporto. Comissão de Especialistas do Ensino Superior. **Comissão de Especialistas do Serviço Social**.

BRASIL. Conselho Federal de Serviço Social (2012). **Código de Ética Profissional de 1993**.

BURGINSKI, Vanda Micheli; SANTOS, Rosimeire dos. RODRIGUES, Alana Barbosa. Formação em Serviço Social no estado do Tocantins no contexto da contrarreforma do Ensino Superior. In: **Serviço social: formação, pesquisa e trabalho profissional em diferentes contextos**. EDUFPI, 2020. JOAZEIRO, Goulart Edna Maria. GOMES, Vera Lúcia Batista. (Organizadoras)

DURIGUETTO, Maria Lucia; MARRO, Kátia. **Serviço Social, lutas e movimentos sociais: a atualidade de um legado histórico e alimenta os conflitos de ruptura com o conservadorismo**. In: **Serviço Social no Brasil: História de resistências e de ruptura com o conservadorismo**. Editora Cortez, ano 2018.

FORTUNA, Sandra Lourenço de Andrade; GUEDES, Olegna de Souza. A produção do conhecimento e o projeto éticopolítico do Serviço Social. In: **Revista Katalysis** vol.23 no.1 Florianópolis Jan./Apr. 2020. Disponível em: [http://old.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-49802020000100034&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://old.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802020000100034&lng=en&nrm=iso&tlng=pt). Acesso em 05/03/2021.

GUERRA, Yolanda. A dimensão técnico-operativa do exercício profissional. Disponível em <http://dns.ts.ucr.ac.cr/binarios/pela/pl-000563.pdf>. Acesso em 02/01/2019

OLIVEIRA E SILVA, Maria Liduína de(Orgs.). **Pesquisa em Serviço Social e Temas Contemporâneos**. São Paulo: Cortez, 2020, 256p.



PEREIRA, Dhamer Larissa. A Expansão dos cursos de Serviço Social em tempos de Contrarreforma do Ensino Superior Brasileiro: impactos na formação profissional do Assistente Social, 2010. In: **Revista de Políticas Públicas**, São Luís (MA): EDUFMA vol.14, nº 2, 2015.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS. **PPC do curso de Serviço Social**, 2020, 148 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. Curso de Serviço Social. **PPC do curso de Serviço Social**, 2010, 178 p.

UNIVERSIDADE NORTE DO PARANÁ. **PPC do curso de Serviço Social**, 2020, 31 p.

UNIVERSIDADE PAULISTA. **PPC do curso de Serviço Social**, 2018.